



IIRSA

Desvendando os Interesses

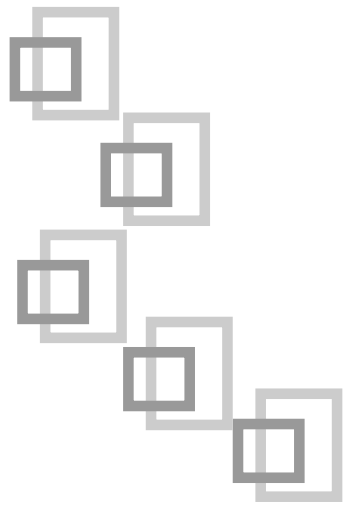


NÚCLEO
AMIGOS
DA
TERRA
BRASIL

Documento elaborado por Maria da Conceição Carrion
e Elisangela Soldatelli Paim

Fevereiro de 2006





IIRSA

Desvendando os Interesses

Documento elaborado por
Maria da Conceição Carrion
e Elisangela Soldatelli Paim

Revisão: Nely Blauth

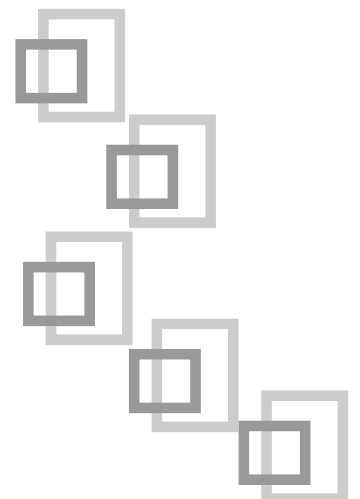
Projeto Gráfico: Daniele Sallaberry

Núcleo Amigos da Terra/ Brasil

www.natbrasil.org.br

natbrasil@natbrasil.org.br

Fevereiro 2006



APRESENTAÇÃO

O presente texto aborda a questão da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), acordo estabelecido entre os doze governos sul-americanos (agosto/setembro, 2000, Brasília), com o apoio técnico-financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA). Este acordo resultou em um mega-plano de integração física do Continente, processo multisetorial que pretende integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações.

Este documento trata-se de uma compilação de trabalhos elaborados por Ongs e pessoas que estudam o assunto, com o objetivo de condensar informações e análises consideradas relevantes para o entendimento da questão. Ao produzir este texto, pensamos estar colaborando com a divulgação de um tema que interfere diretamente na vida da população do continente Sul-americano e que, até o momento, é pouco conhecido, principalmente, pela falta de transparência no processo de implementação conduzido pelos governos da região e pelas instituições financeiras envolvidas.

Baseamo-nos, prioritariamente em dois estudos: É esta Integração que Queremos? (Elisângela Soldatelli Paim, 2003), e A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA (Guilherme Carvalho, 2004), respectivamente pela qualidade das informações técnicas e pelos pressupostos teóricos que embasam a análise política.

Por se tratar de um texto que tem como objetivo sistematizar o que há de mais relevante e ampliar de forma ágil o conhecimento da questão, optamos por não seguir as exigências acadêmicas, a exemplo da conclusão, onde, no lugar de tomarmos uma posição fechada, preferimos expor “um recorte” das contradições da realidade dos países sul-americanos e, em especial, da realidade brasileira através de fotos e manchetes de jornais, podendo assim, cada leitor formular as suas próprias conclusões.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A idéia de integração latino-americana remete-nos, inevitavelmente, à questão conceitual na medida em que, para nós, defensores das transformações do modelo sócio-econômico excludente, sob o qual vivemos há séculos, a integração envolve, acima de tudo, a solidariedade entre os povos sul-americanos. Seguramente não é este o caso da IIRSA que tem como objetivo a integração do

continente através da interconexão física. Para isto, implantam-se reformas do Estado a fim de facilitar a livre movimentação do grande capital, viabilizada pela implementação dos “Eixos de Integração e Desenvolvimento” para a América do Sul, e dos “Eixos de Integração Nacional”, no caso do Brasil. Através de sua política externa, tendo como principal instrumento econômico o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo brasileiro tenta consolidar a sua hegemonia neste processo de integração continental.

AS ORIGENS

Desde a época de Artigas (Séc. XIX) que se falava na questão da integração sul-americana, naquele momento, com uma conotação muito mais de caráter político-militar, devido às peculiaridades da conjuntura histórica. Com Simon Bolívar surge o Hispano Americanismo – formação de uma única nação latino-americana, livre e soberana, alternativa ao Panamericanismo proposto pelos Estados Unidos, diretamente ligado à adoção da Doutrina Monroe (Séc. XIX). Já em 1815, Bolívar lança a idéia de constituição de uma Confederação Americana, de onde resultou, em 1826, no Congresso do Panamá, ao qual não compareceram nem os Estados Unidos, nem o Brasil. Em 1889, foi realizada em Washington a 1ª Conferência Panamericana, momento em que os Estados Unidos consolidam a sua política externa contrária às teses bolivarianas. Esta Conferência significou a afirmação da política do governo americano para a América, calcada na Doutrina Monroe, deixando-se a Europa num plano secundário. Houve reação nos países que mantinham relações comerciais privilegiadas com países europeus, como a Argentina e o Chile, restringindo-se, então, as decisões da Conferência à esfera da “união aduaneira” entre os países.

Para muitos, a perspectiva integracionista dos Estados Unidos sobre o continente era direcionada para sua hegemonia política e econômica. Consequentemente, surgem várias conferências promovidas pela Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), cuja liderança ficava a cargo de Cuba, e que incorporava vários países da Ásia, África e América Latina. Este movimento deu origem à Tricontinental, cujo objetivo maior era a articulação da luta contra o imperialismo Americano, vindo porém a se enfraquecer nos anos sessenta e setenta, com a ascensão dos governos totalitários em diversos países, e com a consolidação do poder dos Estados Unidos no mundo em vias de se globalizar.

A volta do “Estado de Direito” em muitos países sul-americanos significou, tam-



bém, a flexibilização da legislação social e a realização de reformas estruturais que permitiram a abertura dos mercados e a livre circulação do capital financeiro, além da privatização de empresas públicas. Dentro deste contexto a empresa torna-se planetária e o Estado-Nação é substituído, gradativamente pelo Estado Globalizado. Estamos, portanto, diante de um Estado Nacional mínimo, fraco e globalizado onde a economia, dominada pelas regras do livre mercado, torna-se cada vez mais fora do controle político de cada país.

Esta integração se dá em graus diferenciados de país para país, de acordo com a aceitação ou não por parte dos respectivos governos, o que não impede de afirmar que, a integração econômica já está em curso na maioria dos países, associada às reformas estruturais impostas pelas instituições financeiras multilaterais, portavozes das grandes empresas transnacionais e também das políticas concorrentes dos governos nacionais.

Para que esta integração pudesse se efetivar foi pensado e articulado um mega-plano de exploração do continente Sul-americano que se denominou Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-americana (IIRSA). Para gerenciar este ambicioso plano a coordenação ficou a cargo dos doze governos latino-americanos, contando com o apoio técnico-financeiro de grandes bancos multilaterais da região, de bancos nacionais (como o BNDES, no caso brasileiro) e com a iniciativa privada. Foi elaborado conjuntamente pelo BID, CAF e FONPLATA um Plano de Ação visando concretizar a integração do continente em apenas uma década.

Na verdade, esse processo de integração da América do Sul apresentado pelas três instituições financeiras foi uma reelaboração de um estudo encomendado por Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco, a Eliezer Batista, ex-secretário de Assuntos Estratégicos do governo Collor e, posteriormente dirigente da Companhia Vale do Rio Doce (empresa brasileira, maior mineradora diversificada do continente americano que também atua nas áreas de logística e de geração de energia). Este estudo patrocinado pela CAF, concluído em 1996, apresenta a idéia de eixos de desenvolvimento; analisa as relações entre infra-estrutura, comércio internacional e desenvolvimento; descreve a localização das principais riquezas naturais da América do Sul e a forma como podem ser utilizadas, através da melhoria da infra-estrutura, para inserção no mundo globalizado. Entre os possíveis projetos apresentados no estudo, um já é realidade, o gasoduto Bolívia-Brasil.

Apesar das múltiplas facetas que envolvem a integração regional, o elemento mais importante para os setores dominantes é a integração física dos países envolvidos. Seria como um pré-requisito para a integração numa perspectiva mais ampla, envolvendo os aspectos culturais, econômicos e socioambientais. Alega-se que, se de um lado o continente sul-americano possui um enorme potencial de desenvolvimento, de outro, possui barreiras naturais que exigem soluções para serem rompidas. Assim é que a América do Sul é vista como um continente fragmentado em grandes blocos devido aos obstáculos naturais existentes, blocos esses que precisam integrar-se entre si garantindo, assim, o desenvolvimento da região: Cordilheira dos Andes, Selva Amazônica, Istmo Centro-Americano, Rio Amazonas e Pantanal.



fonte: <http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/Presentacion%20TICs%20Vision%20Estrategica.pdf>

Dentro deste contexto, o debate histórico sobre a integração do continente foi retomado com força na reunião dos presidentes sul-americanos, em Brasília (2000), quando o BID apresentou o “Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul”, calcado em dez princípios básicos:

- 1- Elaborar uma visão mais integral da infra-estrutura abrangendo todos os seus componentes e sinergias;
- 2- Enquadrar os projetos dentro de um planejamento estratégico, organizados a partir da identificação dos eixos de integração e desenvolvimento regionais no continente sul-americano;
- 3- Reformar e atualizar os sistemas normativos e instituições que regulamentam o uso das infra-estruturas nacionais;
- 4- Fortalecer a capacidade dos Estados na formulação de políticas, planos e quadros normativos;
- 5- Harmonizar as políticas, planos e quadros normativos e institucionais entre os Estados;

6- Valorizar a dimensão ambiental e social dos projetos;

7- Fazer com que os projetos de integração regional melhorem a qualidade de vida e as oportunidades das populações locais;

8- Incorporar mecanismos de participação e consenso;

9- Desenvolver novos mecanismos regionais para a programação, execução e gestão de projetos de integração física;

10- Otimizar o uso das fontes de financiamento desenvolvendo estratégias comuns.

Esta definição de princípios mostra quão abrangentes são os objetivos do plano de integração, buscando a racionalização do uso dos recursos humanos, financeiros e institucionais existentes, indo mais longe quando aponta as áreas de transporte, energia e telecomunicações como ações prioritárias da IIRSA. Resumidamente, poder-se-ia dizer que o desenvolvimento dessas ações prioritárias ajudará a superar os obstáculos geográficos, fortalecer os mercados e promover novas oportunidades econômicas na região.

Em prosseguimento aos encaminhamentos da reunião de Brasília (2000), em dezembro do mesmo ano, o BID apresentou o documento “Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional en América del Sur”, no qual apontou os entraves que “inibem o comércio entre os países da região, e indica as alternativas para a sua dinamização”. A estratégia era a mesma, ou seja, “garantir a competitividade dos países sul-americanos na disputa comercial internacional”, apontando ainda, como meta para o continente, “estabilidade com crescimento econômico, social e ambientalmente sustentável, comprometida com a luta para a redução da pobreza e para aumentar o acesso à educação e ao emprego” (BID).

Segundo o documento, este espaço econômico integrado deveria ter como guia a nova concepção que o próprio BID entendeu chamar de “regionalismo aberto ou novo regionalismo”. Em oposição, Guilherme Carvalho (2004) resgata o conceito de “antigo regionalismo”, com a sua política de substituição de importações, voltada para o mercado interno, onde não havia a preocupação central de vinculação comercial com os países industrializados. O ponto de mudança teria ocorrido com os acordos comerciais entre os Estados Unidos e o Canadá, em 1986, quando o Estado perdeu sua soberania nacional na regulação da economia e as negociações passam a ser bi e multilaterais. Foi sob essa nova ótica, por exemplo, que surgiu a Área de Livre Comércio das Américas (NAFTA).

Esse “novo regionalismo” dos anos noventa exigiu

uma série de reformas no Continente, apresentadas a seguir de forma bastante sintética:

1- Abertura para o mercado mundial, sem restrições ao grande capital internacional;

2- Crescimento do comércio intra-regional e intercontinental;

3- Acordos comerciais recíprocos entre os países sul-americanos e destes com os países industrializados;

4- Promoção da iniciativa privada (no Brasil, o seu correspondente tem a denominação de PPPs - Parceria Público-Privado);

5- Retirada do Estado da atividade econômica direta, ou seja, o Estado Mínimo com a quebra da soberania nacional;

6- Nova orientação geopolítica exigindo negociações em bloco, dos países, em fóruns internacionais.

O que se poderia concluir daí é que:

- não há preocupação com a distribuição interna da renda e sim com um novo regionalismo dirigido pelo e para o mercado;

- há um processo de redução do tamanho da organização institucional dos países para maior eficiência e operacionalidade da proposta.

Este Regionalismo Integrador significa também um novo patamar para complementar e consolidar as reformas estruturais do continente, ampliando o papel da iniciativa privada dentro desse novo Estado Mínimo, cuja responsabilidade se limita a regular, planejar e financiar a infra-estrutura e os seus serviços. Responsabiliza-se também pelas iniciativas que não oferecem, de imediato, atrativos financeiros ao setor privado, até que haja a inversão desta condição. É o “Novo Regionalismo” afinado com a lógica da globalização, sendo necessário para isso que se eliminem os pontos de estrangulamento que impedem o fluxo do comércio. Para isto, o plano IIRSA adotou uma divisão geoeconômica do continente em dez Eixos de Integração e Desenvolvimento, baseado em sete processos setoriais, cujas ações prioritárias ocorrem nas áreas estratégicas de Transporte (multimodal), Energia e Telecomunicações. Os “Eixos de Integração Econômica” transcendem as fronteiras nacionais, sendo eles o “Pilar Básico” da IIRSA, resultado de um amplo diagnóstico que apontou o fluxo e o potencial de concentração econômica do continente. Cada um deles definirá, então, o patamar mínimo de serviços de infra-estrutura direcionados pelas três áreas de ação estratégica consideradas instrumento

fundamental para o sucesso da IIRSA. É esta a estratégia de operacionalização que embasa o Plano, envolvendo interesses dos grandes conglomerados empresariais. Juntam-se a ele os instrumentos financeiros e o os marcos normativos:

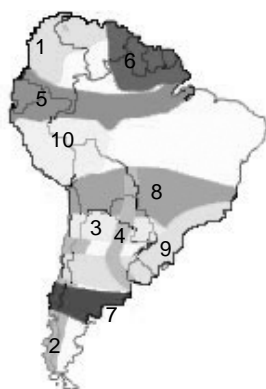
- Processos Setoriais
- Instrumentos de Financiamento
- Integração Energética
- Passos de Fronteira
- Tecnologias de Informação e Comunicações
- Transporte Aéreo
- Transporte Marítimo
- Transporte Multimodal

A escolha dos processos setoriais e suas respectivas justificativas levam aos seguintes objetivos específicos:

- Reduzir os custos do transporte;
- Dinamizar o comércio intra e extra-regional aumentando a competitividade dos países sul-americanos;
- Aumentar a participação da iniciativa privada, protegendo legalmente os seus investimentos;
- Promover e modernizar a infra-estrutura;
- Redefinir o papel do Estado.

Aqui também a realidade mostra que há uma sintonia entre os processos setoriais e as reformas estruturais e políticas em execução, apoiadas e financiadas pelas instituições financeiras multilaterais.

- 1 Andino
- 2 Andino do Sul
- 3 Capricornio
- 4 Hidrovia Paraguai - Paraná
- 5 Amazonas
- 6 Escudo
- 7 do Sul
- 8 Interoceânico Central
- 9 MERCOSUL - Chile
- 10 Perú - Brasil - Bolívia



Esboço do mapa dos eixos formatado por Tiago Coimbra / Mapa completo no site www.iirsa.org

Os Eixos são a “mola mestra” do Plano: concentram os recursos para a consecução da infra-estrutura dentro da respectiva da região, estimulando o estabelecimento de cadeias produtivas, além de facilitar o acesso e o fluxo do grande capital às riquezas da região. Aqui é interessante destacarmos algumas perguntas-chave a respeito deste volume de investimentos que circulará pelo nosso continente:

- Quais os segmentos sociais a serem beneficiados?

- Quantos empregos gerariam com relação à demanda da população desempregada;
- Quais os mercados a serem atendidos?
- Qual o montante de impostos que pagariam aos cofres públicos?
- Quais os impactos socioambientais que acarretariam?

E, por fim, o que significa tudo isto? “... é preciso ocupar espaços, explorar as riquezas disponíveis, aumentar a competitividade e exportar o máximo possível, a fim de que os países sul-americanos possam se desenvolver”. Foi este o discurso do então presidente do BNDES, Carlos Lessa, em 2003, durante o Seminário de Prospecção de Projetos promovido pelo BNDES em conjunto com a CAF. Aliás, o discurso do Governo brasileiro com relação a IIRSA diz respeito ao papel do Brasil nesse processo, papel de grande destaque na Agenda Regional, impulsionado pelos interesses do grande capital quanto à nossa política econômica. O agronegócio, o setor da indústria pesada (siderúrgica e automotiva), a indústria calçadista, o setor energético, o setor de base florestal e o setor bancário, são exemplos claros de agentes que influenciam diretamente a nossa política externa.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

A iniciativa IIRSA funciona a partir da montagem de uma organização, cujas características apresentamos a seguir com a sua distribuição de competências e instâncias de operacionalização:

- **Comitê de Direção Executiva (CDE)**: é a instância máxima de tomada de decisões sobre as políticas a serem implementadas.

Composição: representantes indicados pelos governos dos países sul-americanos, cuja secretaria fica a cargo do Comitê de Coordenação Técnica.

Funções: unificar o sistema operativo entre os diversos países integrantes da IIRSA, através de diretrizes para as políticas governamentais.

- **Comitê de Coordenação Técnica (CCT)**: braço executivo da CDE.

Composição: representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fundo Financeiro de Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata);

Funções: identificação dos projetos; recomendação aos Estados sobre as devidas intervenções sobre estes pro-

jetos com o fim de mitigar as “falhas de mercado”; promover a participação da iniciativa privada no financiamento e operacionalização dos projetos; captação dos recursos (públicos e privados) para implementação dos projetos.

- **Grupos Técnicos Executivos (GTEs)**: braços operativos da IIRSA:

Composição: representantes indicados pelos governos, sendo que os cargos de gerente e assistente técnico são exercidos por funcionários contratados pelo BID, CAF e FONPLATA, estando presente em cada um dos eixos de integração;

Funções: analisar, harmonizar e compatibilizar os marcos regulatórios (normativos); identificar e avaliar os projetos de forma integrada; analisar os estudos de impactos ambientais; definir mecanismos institucionais dentro dos governos para atender às ações propostas.

O PAPEL ESTRATÉGICO DO BRASIL NA IIRSA ATRAVÉS DE SUAS RELAÇÕES COM AS IFMs

As Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs) são instituições públicas, cujos recursos provêm dos cofres públicos dos países sócios que, além de financiar políticas, programas e projetos dos governos, elaboram estudos técnicos, formam parte da técnico-burocracia governamental, prestam assessoria e orientam a implementação das ações da infra-estrutura nos países membros.

Desde o lançamento da IIRSA, os bancos têm tido um papel bastante ativo financiando estudos e projetos, além de ter promovido a participação do setor privado no contexto da iniciativa. Aliás, são os países membros que deliberam sobre a política dessas instituições. Logo, existe uma relação de reciprocidade entre os países e as IFMs, embora a correlação de forças seja definida pelo poder econômico de cada membro dentro delas: quem possui maior número de ações tem maior poder de decisão. No contexto sul-americano, o Brasil, um dos maiores tomadores de empréstimo, tem um peso importante no interior de alguma delas. Vejamos algumas informações esclarecedoras desta relação do Brasil com as IFMs:

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): mais antigo e maior banco regional de desenvolvimento, fundado em 1959, com o objetivo de impulsionar o progresso econômico e social da América Latina e do Caribe. Com 47 países membros, financia projetos com capital próprio, recursos obtidos no mercado financeiro e dos fundos que estão sob sua administração.

Segundo informações do próprio banco, o departamento do Setor Privado tem potencial para disponibilizar

até US\$ 1 bilhão, por ano, para projetos de infra-estrutura na América Latina e Caribe. O Brasil é o país que tem mais demanda de projetos. Entre 2000 e o fim de 2004, o setor privado do BID emprestou aproximadamente US\$ 3 bilhões para área de energia, somente ao Brasil.

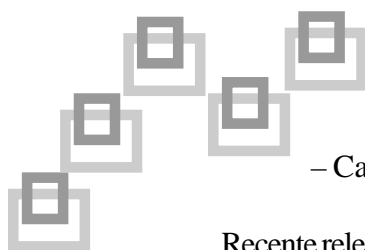
O poder de voto dos países membros é determinado de acordo com o seu poder acionário. Em termos de ações, o Brasil e a Argentina ficam empatados com o 2º lugar, atrás dos Estados Unidos. Juntos, Brasil, México e Argentina quase regulam em termos de capacidade acionária com os Estados Unidos, significando que são os principais agentes responsáveis pela política do Banco. Há uma relação muito estreita entre o BID e a IIRSA, a ponto de além de financiar projetos e dar assistência técnica é também responsável pelo fornecimento de informações públicas atualizadas sobre a dinâmica da IIRSA. Não é por nada que IIRSA tem prioridades nos empréstimos do BID.

Em 2005, os financiamentos aprovados pelo BID alcançaram US\$ 7 bilhões, um acréscimo de 17% sobre os US\$ 6 bilhões aprovados no ano anterior. Quanto ao número de projetos foram aprovados 92 em comparação com 77 em 2004.

Também em 2005, o banco liberou US\$ 1,9 milhão para a implantação de um plano de desenvolvimento da Amazônia, destinado à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Este plano tem como objetivo coordenar e estimular o conhecimento da biodiversidade amazônica e de seu uso potencial apoiando tarefas de conservação e aproveitamento sustentável. No entanto, é importante ressaltar que na Declaração de Manaus, resultado da III Reunião de ministro das Relações Exteriores dos Estados Membros da OTCA (Set/2004) está claramente descrito nos parágrafos 28 e 29 o apoio à implementação dos projetos IIRSA.

Corporação Andina de Fomento (CAF): instituição financeira multilateral que começou a operar em 1970, sendo o maior agente financeiro de projetos de infra-estrutura na América Latina, sobretudo na comunidade andina.

Entre os seus programas destinados ao fortalecimento do processo de integração regional e desenvolvimento da infra-estrutura e logística, destacam-se o PRÉ-ANDINO, o PLAN PUEBLA PANAMÁ e a IIRSA. Em 2003, a instituição financiou 17 projetos dentro do contexto IIRSA com investimento de mais de US\$ 800 milhões da CAF e, totalizando US\$ 2.119 milhões. Entre estes projetos estão: Corredor Rodoviário Santa Cruz – Porto Suárez (Conexão Bolívia – Brasil); Rodo-



via Tarija – Bermejo (conexão Bolívia – Argentina); Corredor Rodoviária de Integração Quito – Bogotá – Caracas.

Recente release divulgado conjuntamente pelo BNDES e pela CAF (dezembro 2005) destaca a assinatura do acordo entre as duas instituições para atuação conjunta na América Latina e no Caribe. “O novo convênio prevê o fomento da atuação conjunta na América Latina, que resulte em financiamentos a projetos de interesse comuns, orientados para o fortalecimento da integração regional. (...) A partir da assinatura do memorando, BNDES e CAF poderão co-financiar investimentos nos 17 países membros da CAF, na América Latina e Caribe (...)”.

Em 2004, a carteira de empréstimos e investimentos da CAF foi de US\$ 7.216 milhões, destes US\$ 3.500 milhões foram destinados a processos de integração regional e recuperação econômica da América Latina.

Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca

Del Plata (FONPLATA): criado em 1971 com o objetivo de financiar estudos, projetos e obras que promovam o desenvolvimento e a integração dos países da Bacia do Prata, com recursos próprios e aqueles oriundos de outras fontes como o Banco Mundial, BID e a CAF. Possui a seguinte composição financeira: Brasil e Argentina: 33,34%, cada; Bolívia, Paraguai e Uruguai com 11%, cada.

O setor dos transportes consome a maior parte dos investimentos e, atualmente, vem inaugurando novas frentes de financiamento para infra-estrutura em estados e municípios, especialmente no Brasil.

Em 1980, a carteira do FONPLATA era de US\$ 70 mil, em 2001 atingiu US\$ 201 milhões. De 2002 a 2003, os desembolsos do fundo cresceram 286%.

Poucas informações estão disponíveis sobre a atuação do Fonplata, tampouco sua página na internet divulga detalhes dos empréstimos da instituição, isto comprova-se através da ausência dos relatórios financeiros anuais de 2004 e 2005.

Banco Mundial (BM): criado em 1944, tendo como principal meta reduzir a pobreza no mundo. Cento e oitenta e quatro países fazem parte do Banco Mundial que é a maior agência de empréstimos de longo prazo para países em desenvolvimento, sendo o governo brasileiro seu maior tomador de empréstimos.

O Banco Mundial não está destinando recursos, oficialmente, para projetos integrantes da IIRSA, porém durante visita do presidente do Banco, Paul Wolfowitz, ao Brasil (dezembro/2005), o presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, solicitou que o Banco analisasse a possibili-

dade da entidade financiar projetos da Iniciativa.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): banco público brasileiro, fundado em 1952 com o objetivo prioritário de financiar empreendimentos no setor industrial, agrícola e de infra-estrutura para *pequenas e médias empresas*, atuando em parceria com a iniciativa privada.

Em agosto de 2003, o BNDES em parceria com a CAF apresentou, durante o 1º Seminário Internacional de Co-Financiamento BNDES/CAF, realizado no Rio de Janeiro, 22 projetos a serem executados no âmbito da IIRSA. Entre esses projetos estão obras com grandes impactos socioambientais como: Complexo do rio Madeira (Brasil); Hidrovia Paraná-Paraguai (Argentina); terminal portuário de Nueva Palmira (Uruguai), entre outras.

Nos últimos anos, o BNDES está direcionado para financiar grandes empreendimentos de infra-estrutura na América do Sul. Seguem alguns dados sobre a sua atuação nos países vizinhos:

- Expansão dos gasodutos TGS e TGN, na Argentina, em que a Petrobrás é acionista. Crédito aprovado de US\$ 230 milhões.
- Financiamento de empresas brasileiras na construção da Rodovia Interoceânica: estrada com mais de 2.600 quilômetros que ligará os portos peruanos de Marcona, Ilo e Matarani até os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Acre, integrando 10 regiões no Peru com Brasil e a Bolívia. Esta obra também possui recursos da CAF e do governo peruano.
- Perspectivas de financiamento: Equador: US\$ 76,6 milhões; Peru: 158,6 milhões; Colômbia: US\$ 102 milhões e no Uruguai: 68,9 milhões.

Em 2005, os desembolsos do BNDES atingiram R\$ 47 bilhões. Nos primeiros três anos do governo Lula, o BNDES desembolsou R\$ 122 bilhões. Somente para o setor de infra-estrutura, definido como prioridade de governo, o banco liberou, em 2005, 17 bilhões, um crescimento de 12,7% em relação a 2004. O planejamento para os anos de 2004 – 2007 é liberar US\$ 3 bilhões para financiar a construção de estradas, hidrelétricas, aeroportos, gasodutos na região. Para gasodutos na Amazônia, o banco vai liberar R\$ 800 milhões.

Na área de insumos básicos (projetos da indústria de base, como siderurgia, petroquímica e papel de celulose) os desembolsos foram de R\$ 2,9 bilhões, com aumento de 72% em comparação com os R\$ 1,7 bilhão investidos em 2004.

O BNDES possui montante de recursos disponível para investimentos tão elevado que supera recursos de bancos poderosos como o BID e o Banco Mundial. Não é sem razão que hoje está empenhado em destinar recursos para financiar as exportações de países vizinhos como a Argentina, por exemplo, bem como o fato de vir aumentando a sua participação no capital da maior agência multilateral de fomento da América Latina, a CAF. Aliás, em 2002, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o BNDES assinou o protocolo de Cooperação Mútua com a CAF, traçando diretrizes de trabalho conjunto para atuação mais eficiente na região. Segundo Guilherme Carvalho (2004), este acordo mostra os interesses de grupos econômicos do Brasil e/ou associados, tanto nos mercados quanto nos recursos naturais dos países vizinhos, sendo o BNDES o principal instrumento financeiro do governo brasileiro considerado, inclusive, o principal parceiro do BID na América do Sul. É sabido que desde algum tempo o Banco ultrapassou as fronteiras nacionais. Ainda, conforme Carvalho: “hoje, por exemplo, em seu portfólio de projetos, encontra-se a usina de Três Gargantas, na China; o gasoduto Bolívia-Brasil as barragens de São Francisco no Equador e de Rio Branco em Honduras”.

A NOÇÃO DE EIXOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

A noção de eixos de desenvolvimento no Brasil não é uma política nova que tenha sido implantada no atual governo, conforme citado anteriormente, esta idéia foi baseada no estudo elaborado por Eliézer Batista e incorporada no Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003 do governo Fernando Henrique Cardoso, conhecido como AVANÇA BRASIL.

Logo, a concepção de desenvolvimento por “Eixos” vem sendo gestada desde 1996 e, da noção de “Micro-Eixos de Desenvolvimento” deste período, evoluiu-se para a idéia maior de “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” (ENID), do PPA 2000/2003, cujo estudo foi realizado pelo Consórcio Brasiliana. Este consórcio era formado por empresas estrangeiras contratadas pelo Governo Fernando Henrique, sob a supervisão do BNDES e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e que, no final apontou diretrizes que orientavam a integração nacional, das quais elencamos algumas, a título de exemplificação:

1. Integração nacional e internacional dos Eixos, visando: competitividade no mercado externo; a redução das desigualdades regionais e o desenvolvimento sustentável;
- 2- Geração de novos espaços de negócios e novos empre-

gos;

- 3- Preocupação com a inovação tecnológica e empresarial;
- 4- Destaque para o papel da informação e do conhecimento;
- 5- Integração entre “Eixos Nacionais” e ações nos países vizinhos, entre outros.

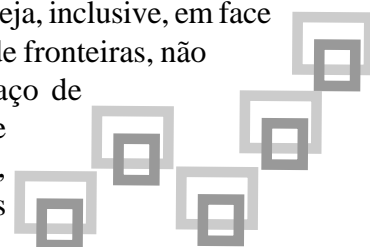
Na realidade, pode-se afirmar que há muitas coincidências entre essas diretrizes, tanto é que os projetos do AVANÇA BRASIL, do Governo Fernando Henrique, e do PPA, do Governo Lula estão conectados a outros similares no exterior, tendo os “Eixos de Integração e Desenvolvimento” como referencial básico para o Planejamento dos governos envolvidos. Todo esse processo resultou na divisão física do território brasileiro em nove Eixos:

- 1) Arco Norte
- 2) Madeira-Amazonas
- 3) Araguaia-Tocantins
- 4) Oeste
- 5) Sudoeste
- 6) Transnordestina
- 7) São Francisco
- 8) Rede Sudeste
- 9) Sul

Aqui também “Eixo” é definido em função da sua capacidade de se transformar em pólo gerador e irradiador de desenvolvimento, tal qual a idéia de “Eixo” no Plano IIRSA. A partir desta definição, planejam-se e executam-se os investimentos previstos para a infra-estrutura que, na maioria das vezes, estão vinculados diretamente a demandas externas e não às necessidades locais. São estes os elementos estruturantes da política dos últimos governos colocadas, por exemplo, no Avança Brasil, da mesma forma que no PPA 2004/2007, do Governo Lula, conhecido como Plano Brasil para todos.

A competitividade da economia brasileira no mercado internacional depende, e muito, do seu desempenho na integração do Continente, de acordo com a aplicação das diretrizes do PPA 2004/2007. Nesta perspectiva a Amazônia merece destaque especial por se tratar de área fronteira que tem um papel fundamental hoje, no processo de integração com os sete países vizinhos, colocando o Brasil como líder desta integração.

“É possível que se esteja, inclusive, em face de uma revisão da noção de fronteiras, não mais somente como espaço de (re)conquista e ocupação de atores econômicos e sociais, e de novos usos dados aos





recursos naturais, mas como fronteira cujo papel político é redefinido pela sua capacidade de potencializar a integração de mercados para além de limites nacionais, substituindo a noção de Mercados Protegidos, valorizada no discurso nacionalista” (Castro, 2000 - citado G. Carvalho pag. 60). O próprio Carvalho vai mais além e mostra a contradição na ação do governo brasileiro e os velhos argumentos do atraso econômico e do isolamento da região, justificando, assim, a retomada de grandes projetos na Amazônia. No caso das hidrelétricas, por exemplo, além de gerar energia contribuem para que os rios amazônicos tenham as condições de receber embarcações de grande calado para o transporte voltado ao mercado internacional. Logo, hidrelétricas e eclusas são pensadas de forma conjunta, ou seja: energia e transporte, na IIRSA como aqui, são concebidas dentro de uma mesma estratégia. Como exemplo, pode-se citar o complexo do Rio Madeira que prevê a construção de duas grandes barragens: Santo Antônio e Jirau, no Brasil. Respectivamente, estas hidrelétricas vão gerar 3580 MW e 3900 MW e ocasionarão imensuráveis custos socioambientais e irreversíveis processos de degradação ambiental, pois o mega-projeto pretende superar obstáculos naturais à navegação do rio Madeira e seus afluentes com a construção de eclusas e assim beneficiar a integração física da América do Sul no rol da IIRSA.

As obras previstas pelo governo brasileiro já nascem com uma perspectiva internacional, na medida em que são concebidas de forma integrada às obras de países vizinhos, às vezes financiadas com recursos públicos brasileiros, através do BNDES. É a parte que cabe ao Brasil para implementação do “Eixos de Integração” previstos na IIRSA.

CONTEXTO ATUAL DA IIRSA

Conforme dados disponíveis na página oficial da IIRSA (<http://www.iirsa.org>), 335 projetos de infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações integram os dez eixos da iniciativa, com investimentos estimados de US\$ 37.470 milhões. Em dezembro de 2004, durante a Terceira Reunião de Presidentes Sul-americanos, foram definidos 31 projetos prioritários para a integração da região, entre esses estão: ponte sobre o rio Acre (Peru-Brasil); pavimentação Iñapari-Puerto Maldonado-Inambari, Iñapari-Juliaca/Inambari-Cusco (Peru – Brasil); gasoducto del Noroeste (Argentina - Bolívia); construção da ponte Yaguarón – Rio Branco (Brasil – Uruguai); rodovia Pailón – Puerto Suárez (Bolívia – Brasil).

Conforme informação que circulou na Assembléia do BID, em Lima de 2004, há uma tentativa de centralização dos instrumentos operacionais da IIRSA, através da criação da Autoridade Sul-americana da Infra-Estrutura (ASI), cuja função seria administrar todos os fundos das agências multilaterais de financiamento, com o propósito de coordená-los e integrá-los aos princípios e às exigências do Plano IIRSA.

Telma Delgado Monteiro, em documento divulgado via internet (dezembro de 2005), fornece notícias recentes e interessantes sobre IIRSA: “em maio de 2005, em Caracas, Venezuela, durante a reunião da coordenação da IIRSA foi elaborada, como primeira etapa, a Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010 composta de 31 projetos primordiais para a integração física da América do Sul. São rodovias, hidrelétricas, pontes, uma hidrovia, um porto, posto de fronteira, um gasoduto e o anel ferroviário de São Paulo. Para essa primeira etapa ambiciosa, foi preciso instituir um sistema de acompanhamento dos projetos da Agenda. Esse sistema tem como objetivo gerar mecanismos de informação e monitoramento nas mais altas instâncias governamentais. O Sistema Especial de Monitoramento dos Projetos da Agenda (SEMP) nada mais é que a manipulação de informações altamente confidenciais (nível governamental) sobre a implementação de grandes alterações físicas, sociais, ambientais e econômicas sem a participação da sociedade civil organizada”.

No documento “IIRSA Integración en Riesgo” (2005), destaca-se a importância dos Estados Nacionais delegarem a sua soberania no momento de tomada de decisão sobre quais as obras públicas a serem executadas. O significado disto é que o Estado ao perder o seu poder de decisão, perde também o parlamento, as instituições, enfim, a sociedade civil - no seu conjunto - o controle sobre tais projetos.

É importante destacar que durante o ano de 2005 foram realizadas oficinas sobre Visão Estratégica Sul-Americana (VESA) nos doze países sul-americanos. Devido à insistente pressão da sociedade civil organizada - tendo como interlocutora a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais - o Brasil foi o único país onde foi permitida a participação de ONGs e movimentos sociais neste “processo de consulta”.

Apesar deste avanço em relação aos demais países, o processo de consulta foi inverso à lógica: primeiro realizou-se o Seminário Nacional (Novembro, Rio de Janeiro) e depois ocorreram duas oficinas regionais, em Campo Grande e Foz do Iguaçu, sendo que a terceira e última prevista para acontecer em Manaus foi adiada para 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após cinco anos de lançamento da IIRSA comprova-se cada vez com maior segurança que a lógica da iniciativa é meramente baseada na integração física e comercial visando à exploração do patrimônio natural do continente sul-americano.

As críticas que vêm sendo feitas pelos estudiosos do assunto, mantêm-se na ordem do dia: falta de transparência na condução do Plano; dificuldade na obtenção de informações; ausência de participação da sociedade civil, sendo que as deliberações são restritas ao Executivo dos países da região; maioria das obras previstas cortam áreas ricas em sociobiodiversidade, entre outros tantos aspectos.

Diferentemente do que é apresentado nos documentos oficiais, tanto das Instituições Financeiras Multilaterais quanto dos governos, a “estabilidade com crescimento econômico, social e ambientalmente sustentável, comprometida com a luta para a redução da pobreza e para aumentar o acesso à educação e ao emprego” (BID), não tem se efetivado conforme o recorte sintético da realidade vigente.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CARVALHO, Guilherme. A Integração Sul-americana e o Brasil: o protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA. Fase. Belém. 2004.

IIRSA – Integración en Riesgo – Iniciativa de los gobiernos y las Instituciones Financieras Internacionales para la Integración de la Infraestructura Regional de Sudamérica (IIRSA). Programa Argentina Sustentable, Foro Ecologista de Paraná, Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina, Asociación Gremial de Magisterio de Entre Rios, Escuela de Formación Pedagógica y Sindical Marina Viltes, Coalición Rios Vivos, Sociedad Sueca para la Conservación de la Naturaleza. Otra Integración es posible y está en marcha. Núcleo Amigos da Terra / Brasil, Bank Information Center, Rios Vivos. Argentina. 2004.

MONTEIRO, Telma Delgado. Hidrelétricas, Biodiesel, IIRSA & Outros (documento em http://www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=318&mat_id=8458)

PAIM, Elisangela Soldatelli. IIRSA: É Esta a Integração que queremos? Núcleo Amigos da Terra / Brasil. Porto Alegre. Dezembro 2003.

SAID, Magnólia. FMI, Banco Mundial e BID: impactos sobre a vida das populações. Fortaleza, 2005.

SILVA, Eliezer Batista da. Infrastructure for Sustainable Developmentan Integration of South America.. Report to BCSD-LA, CAF, CVRD, Bank of America, CAEMI. Agosto 1996.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO: Un nuevo impulso a la intagración de la infraestructura regional en América del Sur. Diciembre 2000.

Sites consultados:

<http://www.riosvivos.org.br>

<http://www.bndes.gov.br>

<http://www.caf.com>

<http://www.fonplata.org>

<http://www.iadb.org>

<http://www.worldbank.org/>

<http://www.amazonia.org.br>

<http://www.rbrasil.org.br>

http://www.amazonia.org.br/guia/detalhes.cfm?id=124632&tipo=6&cat_id=38&subcat_id=154
- Declaração de Manaus.



1. Tudo começou com as caravelas de Cabral



3. Mercado Financeiro & Bancos

B4 ECONOMIA
SÁBADO, 14 DE MAIO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

BNDES festeja lucro de R\$ 1,4 bi. Depois corrige: foi só R\$ 1 bi

Jornal do Comercio - 20/01/2005

Portos terao investimentos do FMI

Brasil defende banco sul-americano

Junto com Argentina e Venezuela, país trata de instituição para financiar projetos de infra-estrutura

ZERO HORA > SEGUNDA | 14 | NOVEMBRO | 2005

Bancos emprestam mais e lucro sobe 52%

ZERO HORA > SEXTA | 2 | DEZEMBRO | 2005

Política econômica Bovespa registra nível recorde e risco-país alcança seu menor patamar da história, porém mau resultado do PIB no terceiro trimestre faz Lula e Palocci falarem em ajuste na política de juros

De bem com o mercado financeiro

| 18 |

ZERO HORA > QUARTA | 23 | NOVEMBRO | 2005

Contas públicas Com desempenho centrado em metas administrativas e de qualidade na prestação de serviços, empresas não-privatizadas conseguem reverter prejuízos financeiros e se tornar lucrativas

Estatais aliviam cofres gaúchos

3. Sub-imperialismo Brasileiro

A 18 domingo, 22 de maio de 2005

MUNDO

FOLHA DE S. PAULO

SUBIMPERIALISMO Empresas do Brasil avançam não só na área energética boliviana, país com estimados 75% do PIB em mãos estrangeiras

“Império brasileiro” emerge na Bolívia

OS PRINCIPAIS NEGÓCIOS DO BRASIL NA BOLÍVIA

PETROBRAS

■ Maior empresa e contribuinte do país, onde investiu US\$ 1 bilhão desde 1996. Explora os dois maiores poços de gás, é dona das duas maiores refinarias e de 20% da rede de postos de gasolina

SOJA

■ Fazendeiros brasileiros produzem 35% da soja boliviana, segundo produto de exportação do país. São cerca de 200 famílias que possuem fazendas na região de Santa Cruz

EMPREITEIRAS

■ As construtoras Queiróz Galvão, Odebrecht, Camargo Corrêa e ARG ganharam licitações para construção de estradas financiadas pelo Proex,

do Banco do Brasil, e pela Corporação Andina de Fomento. Juntas, têm contratos de US\$ 330 milhões

BANCO DO BRASIL

■ Está na Bolívia desde os anos 60, atua principalmente na área corporativa. Teve um lucro de US\$ 700 mil no ano passado e está prestes a inaugurar mais uma agência em Santa Cruz

TIGRE

■ Entrou na Bolívia em 2000, com compra de 80% da Plasmar, maior fabricante de tubos e conexões do país. Está entre as 50 maiores empresas da Bolívia e fatura cerca de US\$ 17 milhões

ZERO HORA > TERÇA | 13 | DEZEMBRO | 2005

América Latina Planalto se diz neutro na disputa entre Evo Morales e Jorge Quiroga

Eleição na Bolívia preocupa Brasil

4. Petrobrás

De 15 a 21 de dezembro de 2005

BRASIL DE FATO

INTERNACIONAL

INTEGRAÇÃO

Mercosul precisa avançar no social

Para professor da UnB, bloco de países tem dificuldade para atuar no campo das políticas sociais

ZERO HORA

MUNDO

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 14/05/2005 | 27

AMÉRICA LATINA Bomba explodiu em frente à sede da empresa em Santa Cruz de la Sierra, danificando carro de executivo

Petrobras é alvo de atentado na Bolívia

ZERO HORA

MUNDO

PORTO ALEGRE, SEXTA-FEIRA, 27/05/2005 | 31

Entrevista: Abel Mamani, líder dos protestos na Bolívia

“Quem controla o gás que a Petrobras tira da Bolívia?”

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 14/05/2005 | 17

EMPRESAS *Alta do petróleo ajuda companhia*

Petrobras lucra R\$ 5 bi no primeiro trimestre

PORTO ALEGRE, SÁBADO, 14 DE JANEIRO DE 2006

Morales promete paz à Petrobras na Bolívia

5. Energia

B 8 quarta-feira, 25 de maio de 2005

DINHEIRO

FOLHA DE S. PAULO

INFRA-ESTRUTURA Banco estatal deverá aprovar pacote de financiamento para quatro grandes projetos de usinas no país

Hidrelétricas receberão R\$ 4,3 bi do BNDES

Zero Hora - 03/10/2005

Energia Grupo faz proposta de financiar usina binacional ao governo argentino

Interesse da Camargo Corrêa reforça Garabi

Uma proposta para financiar a construção da hidrelétrica binacional Garabi, entre Argentina e Brasil, fez o projeto ganhar interesse no país vizinho.



Jornal do Comercio - 06/12/2005

Camargo Corrêa ganha licitação para Usina Porce 3 na Colômbia

J_C Logística

Jornal do Comércio
Porto Alegre

7

ENERGIA

Brasil, Argentina e Venezuela podem criar gasoduto

6. Rodovia Transoceânica

Fundado por J. C. Jarros * 1933 Jornal do Comércio

Porto Alegre, quinta-feira, 8 de setembro de 2005 - Edição 75 - Ano 73 - Venda avulsa R\$ 1,50

Em foco

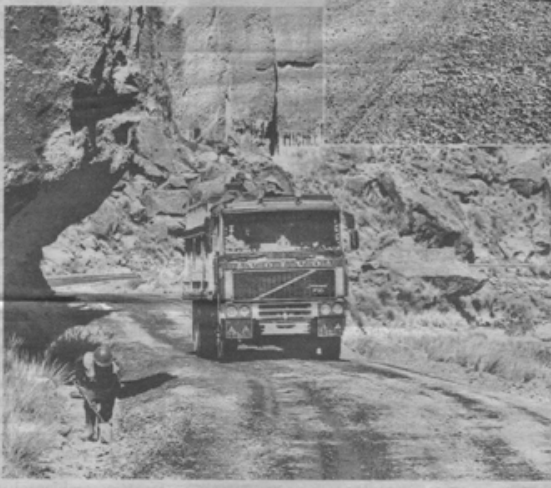
Construindo um caminho. A ligação com a costa do Oceano Atlântico, no Brasil, e a costa do Pacífico, no Peru, é um projeto ambicioso que aos poucos se transforma em realidade, atravessando terras habitadas pelos índios, San Gabán, em Puno. A

Estrada Interoceânica Sul

está sendo aberta a sudoeste de Lima, a uma distância superior a mil quilômetros, por trabalhadores do Ministério dos Transportes peruano. Hoje será iniciada a construção do trecho que faz a ligação das regiões amazônicas de Iñapari, no Peru, com Assis, no Brasil.



FOTOS GILLES BERTINAPASC



Jornal do Comercio - 9,10,11/09/2005

TRANSPORTES

Presidentes do Brasil e do Peru dão início à rodovia Interoceânica

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou ontem em Puerto Maldonado (Peru), onde participou do lançamento da pedra fundamental da Rodovia Interoceânica, que a obra representa a concretização de um sonho de integração de povos latinos. A construção da rodovia, disse, dá início "a um novo capítulo na história" da região.

"Estamos saindo da era dos discursos para a era da prática. Iniciamos hoje (ontem) a integração física de nossos países e estamos concretizando um sonho de muitos que morreram lutando para que a nossa América Latina pudesse sofrer um processo auspicioso de integração", destacou Lula ao discursar ao lado do colega peruano, Alejandro Toledo. Lula ressaltou ainda que a nova estrada possibilitará a ampliação de investimentos nos setores agrícola e industrial de países latinos.

A Rodovia Interoceânica ligará o Brasil aos portos peruanos de Ilo, Maratani e San Juan, no Oceano Pacífico. A conexão entre os dois países será feita através da ponte sobre o Rio Acre, que deverá ser inaugurada ainda neste ano. O secretário de Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Ariel Peres, explica que a logística de integração, pelo lado brasileiro, inclui duas rotas fundamentais. A primeira delas é pela BR 364, que



JAMES FAYOUR/IMP

Lula e Toledo lançaram a obra interliga Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, a Cuiabá, no Mato Grosso. De lá a Porto Velho, em Rondônia e, depois a Rio Branco, capital do Acre.

Depois, pela BR 317, segue de Rio Branco a Assis Brasil, na fronteira com o Peru. A outra rota vai de Manaus, no Amazonas, até Porto Velho pela hidrovía do Rio Madeira. Dali, segue o trajeto da outra rota: BR 364 até Rio Branco e BR 317 até Assis Brasil. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a obra possibilitará o incremento das relações comerciais e estimulará a complementaridade dos mercados regionais fronteiriços, como o de carnes, por exemplo.

7. Degradação Ambiental

Edição das 21h

O ESTADO DE S. PAULO

JULIO MESQUITA (1891-1927)
DIRETOR:
RUY MESQUITA

SP, RJ, MG, PR e SC: 2,20. Demais Estados: ver tabela na página A2.

SÁBADO

14 de maio de 2005 - ANO 126. Nº 40751 www.estado.com.br

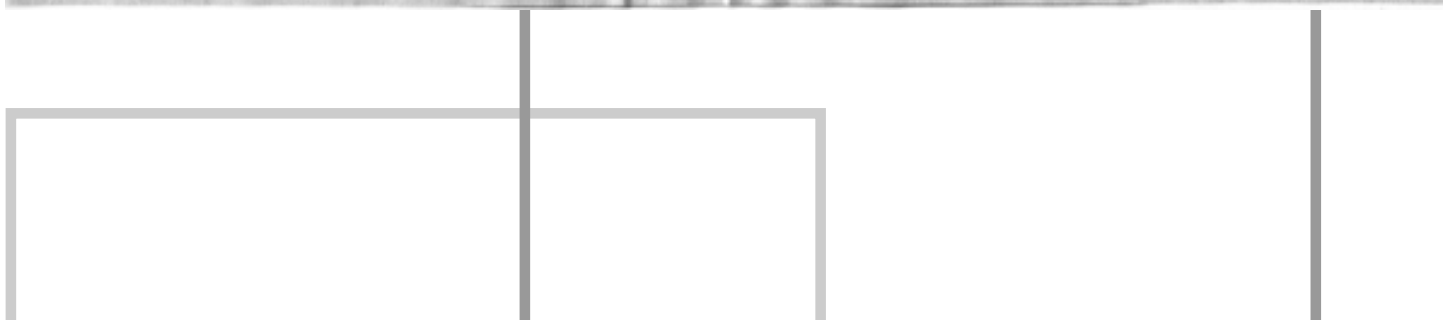
EDUARDO NICOLAU

SUJEIRA - Manto de poluição sobre São Paulo, ontem pela manhã: mais de 2 mil municípios, onde vivem 106 milhões de pessoas, sofrem alterações ambientais que prejudicam diretamente a vida dos moradores

Degradação ambiental afeta 60% dos brasileiros

Poluição, falta de saneamento, queimadas e desmatamento são problemas que fazem parte da vida de 60% dos brasileiros, segundo informa pesquisa feita pelo IBGE com os prefeitos de 5.560 municípios. O esgoto a céu aberto é o maior vilão da degradação. Em seguida estão as queimadas e o desmatamento, afetando a vida em cerca de mil municípios - e, ao contrário do que se poderia pensar, eles não se concentram na Amazônia, mas espalham-se por todo o País, chamando mais a atenção no sul do Ceará e no oeste da Bahia. Problemas como lixões expõem os moradores a doenças transmitidas por ratos, mosquitos, barbeiros e caramujos. As cidades vêm detectando seus problemas ambientais, mas ainda são lentas no combate às causas. ■ PÁGS. A24 A A27

6 em cada 10 brasileiros vivem em cidades onde há poluição da água	77% da população vive em municípios onde rios e lagos estão assoreados	50% dos brasileiros moram em cidades com alto grau de poluição do ar
--	--	--

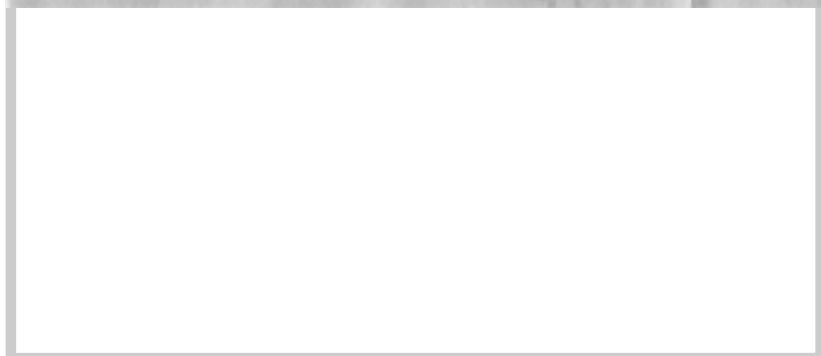


Estado de Sao Paulo - 14/05/2005

IBGE: MEIO AMBIENTE

O Brasil da poluição e da devastação

Pesquisa inédita mostra: 6 em cada 10 brasileiros vivem em cidades onde a qualidade de vida é prejudicada pela degradação ambiental



IBGE: MEIO AMBIENTE

Poluição da água atinge 68% da população

Pesquisa mostra que 38% das cidades brasileiras tinham as fontes poluídas

Luciana Nunes Leal
RIO

A água está no centro dos problemas ambientais do planeta e, no Brasil, os números indicam a gravidade dos danos causados pela falta de saneamento e pelas ações predatórias. Quase quatro (38%) em cada dez municípios brasileiros, onde vive 68% da população, tinham fontes de água poluída em 2002, principalmente por causa do esgoto jogado em rios e lagos. No Rio de Janeiro, a poluição da água atinge 77% das cidades. O assoreamento (obstrução do corpo d'água por argila, areia e lodo) de rios, lagos e lagoas e a poluição dos recursos hídricos são os dois prejuízos ao meio ambiente mais citados pelos prefeitos que responderam a pesquisa.

Mais da metade dos municípios (53%) indicou a existência de assoreamento. No Rio de Janeiro e no Espírito Santo, quase 90% das cidades enfrentam o problema. Contaminação do solo, poluição do ar e degradação de áreas protegidas são os outros três impactos negativos mais citados.

Como se não bastasse a água disponível contaminada, outro drama enfrentado por muitos municípios é a escassez de água. Ela é a principal responsável pelos prejuízos à agricultura, citados por 1.919 municípios brasileiros. Também foi prejudicial à maior parte dos 1.315 municípios que declararam ter so-

frido danos na atividade pecuária por causa de alterações ambientais. A erosão e o esgotamento do solo também foram fatores de peso para os danos nestas atividades.

ESGOTO

No país onde 47,8% dos municípios não tinham serviços de esgotamento sanitário, segundo o Censo 2000, e 44,7% dos domicílios não estão ligados à rede coletora, o esgoto a céu aberto é o pior problema ambiental. Foi apontado como fator poluente por 1.031 (46%) dos 2.263 municípios que declararam sofrer danos ambientais que atingem diretamente a população. Pelo menos outros 500 registraram problemas de poluições decorrentes do esgoto jogado na natureza em outras partes do questionário.

Uma das consequências mais dramáticas do saneamento deficiente é a mortalidade infantil, de crianças com até um ano de idade. O IBGE detectou 1.159 municípios com taxas alarmantes de mais de 40 mortes por mil nascidos vivos. Desse total, 1.086 estão no Nordeste, 48 no Norte e 25 em Minas Gerais. "Os municípios que têm as maiores taxas de mortalidade são também os que explicitam mais problemas de saneamento", diz a socióloga Sônia Oliveira, pesquisadora do IBGE. ●

ESPECIAL

O POVO DO MEIO

**Esses brasileiros não votam, são
analfabetos e oficialmente
não existem. À margem do país,
estão jurados de morte**

ELIANE BRUM (TEXTO) E
MAURILO CLARETO (FOTOS)

Raimundo Nonato da Silva não sabe quem é Luiz Inácio Lula da Silva. Entre os dois Silvas, o presidente do Brasil e o brasileiro sem presidente, há um vasto mundo no qual se chamar Raimundo nem é rima nem é solução. Ele vive num país desconhecido pelo próprio Brasil, onde a maioria dos homens atende por Raimundo. Sua república fica no coração da Amazônia e pertence a uma região cujo nome parece ter saído do universo mitológico de J.R.R. Tolkien em *O Senhor dos Anéis*: Terra do Meio. É um país invisível porque 99% dos habitantes não têm documentos. Oficialmente, os Raimundos e Raimundas não existem. Mas estão lá, insistem em existir, rasos de letras mas gordos de paradoxos. São analfabetos ou, como eles dizem, "cegos". Nunca votaram porque fantasmas só se tornam eleitores em currais de fins de mundo. E eles vivem um pouco mais além do fim do mundo. Esse povo pode ser exterminado antes que o país oficial se aperceba dele. Como a floresta em que vive, está ameaçado de extinção.

Descendentes de soldados da borracha, nordestinos levados para os confins da selva pelo governo de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, por lá ficaram e multiplicaram-se formando uma só família com menos de 200 pessoas dispostas numa intrincada teia de parentescos. ▶

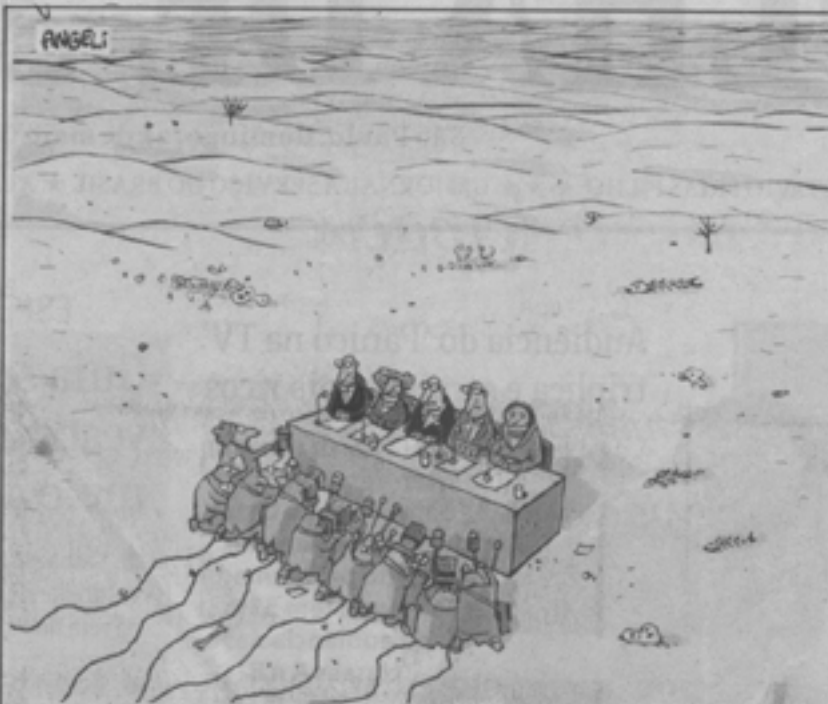
VIDA DE FLORESTA

Os homens só matam a onça quando ela chega perto das crianças. Sabem disso quando o cachorro amanhece morto. No caso da foto foi uma escolha entre o animal e o menino

Folha de Sao Paulo - 22/05/2005

OPINIÃO

ANGELI



- Senhores, a idéia é criarmos um conselho que coloque em prática medidas efetivas contra o desmatamento!

Folha de Sao Paulo - 19/05/2005

Derrubada ilegal, gado e soja campeiam na BR-163

9. Exclusão Social

Ano 3 • Número 131

BRASIL DE FATO

São Paulo • De 1º a 7 de setembro de 2005

R\$ 2,00

No dia 7, um Grito pelas ruas do país

Diante da crise, movimentos sociais propõem a organização do povo e a criação de mecanismos de democracia direta

Em meio à crise, movimentos sociais anunciam a manifestação do Grito dos Excluídos, em 7 de setembro, com uma novidade. Além dos tradicionais protestos contra a exclusão e pela mudança da política econômica, as organizações vão defender a criação de mecanismos de democracia direta para o povo participar na definição dos rumos do país. "Temos de reagir, mesmo que a política esteja irremediavelmente contaminada pela corrupção", diz dom Demétrio Valentini. Os movimentos vão divulgar também o manifesto "Em defesa do povo brasileiro", convocando a sociedade a se mobilizar.

Elite - Enquanto isso, os conservadores aproveitam os deslizes do governo Lula e do PT para tripudiar. "A gente vai-se ver livre desta raça por 30 anos", disse o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Quem respondeu foi Emir Sader: "Bornhausen é uma das pessoas mais repulsivas da burguesia brasileira, que revela agora todo o seu racismo e seu ódio ao povo brasileiro".

Págs. 2, 3 e 5

INFORMAÇÃO PARA A SOCIEDADE



Desde 16 de agosto, 79 famílias sem-teto vivem acampadas nas ruas da capital paulista, após despejo violento feito pela Polícia Militar de São Paulo

Ano 3 • Número 148

BRASIL DE FATO

São Paulo • De 29 de dezembro de 2005 a 4 de janeiro de 2006

R\$ 2,00

Mais um ano sem reforma agrária

O governo diz que está mudando a estrutura fundiária, mas as desapropriações estão muito abaixo das metas oficiais

4 de maio, 2005 veja

Fora, brasiguaios!

Brasileiros no Paraguai não poderão possuir terras numa faixa de 50 quilômetros da fronteira

De 15 a 21 de dezembro de 2005

BRASIL DE FATO

INTERNACIONAL

INTEGRAÇÃO

Mercosul precisa avançar no social

Para professor da UnB, bloco de países tem dificuldade para atuar no campo das políticas sociais

